

CIDADE E HISTÓRIA URBANA: APONTAMENTOS**CITY AND URBAN HISTORY: NOTES****HISTORIA URBANA Y DE LA CIUDAD: NOTAS**

10.56238/revgeov16n5-115

Marcelo Lima Costa

Doutorando em ensino de História

Instituição: Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

E-mail: mlcosta89@bol.com.br

Orcid: <https://orcid.org/000/0003-4046-7740>**Fábio Henrique Monteiro Silva**

Doutor em História Comparada

Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

E-mail: profabiouema@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-003-38890021>**RESUMO**

Esse artigo busca apresentar um debate teórico acerca da abordagem, sob o ponto de vista histórico, dos espaços periféricos de uma cidade que, ao longo de seus 4 séculos, é marcada por uma trajetória de valorização de seu núcleo fundacional, o bairro da “Praia Grande”. Ao longo do século XX, livros, revistas, guias, álbuns e produções audiovisuais buscaram reproduzir as representações da cidade por meio de seu centro histórico. A fim de superar essa limitação, por meio das contribuições de Certeau, Bresciani, Bodei e Reis, buscamos elaborar um itinerário no qual se considerou todos os atores sociais envolvidos na construção da trajetória urbana, por meio da convergência das relações entre objetos e os vínculos entre o público e o privado são essenciais para a leitura da vida cotidiana no espaço urbano.

Palavras-chave: Cidade. Território. Periferia.

ABSTRACT

This article aims to present a theoretical debate about the approach, from a historical point of view, to the peripheral spaces of a city that, throughout its four centuries, has been marked by a history of valuing its founding nucleus, the “Praia Grande” neighborhood. Throughout the 20th century, books, magazines, guides, albums and audiovisual productions sought to reproduce representations of the city through its historic center. In order to overcome this limitation, through the contributions of Certeau, Bresciani, Bodei and Reis, we sought to develop an itinerary in which we considered all the social actors involved in the construction of urban trajectory, through the convergence of relations between objects and the links between the public and the private are essential for reading everyday life in urban space.

Keywords: City. Territory. Periphery.



RESUMEN

Este artículo propone un debate teórico sobre el enfoque histórico de los espacios periféricos de una ciudad que, a lo largo de sus cuatro siglos, se ha caracterizado por una trayectoria de valoración de su núcleo fundacional, el barrio de Praia Grande. Durante el siglo XX, libros, revistas, guías, álbumes y producciones audiovisuales buscaron reproducir representaciones de la ciudad a través de su centro histórico. Para superar esta limitación, y basándonos en las contribuciones de Certeau, Bresciani, Bodei y Reis, desarrollamos un itinerario que considera a todos los actores sociales involucrados en la construcción de la trayectoria urbana, mediante la convergencia de relaciones entre objetos y los vínculos entre lo público y lo privado, esenciales para comprender la vida cotidiana en el espacio urbano.

Palabras clave: Ciudad. Territorio. Periferia.



1 INTRODUÇÃO

A história urbana da quatricentenária São Luís (MA) é marcada, desde o século XVII até o século XX pela valorização de seu núcleo fundacional, cuja elaboração urbanística é atribuída ao engenheiro-mor Francisco Frias de Mesquita, no início do século XVII. Esse ordenamento teve como preceito as Ordenações Filipinas, um complexo sistema burocrático, militar e judiciário, elaborado para controlar o vasto território lusitano, inclusive sob o ponto de vista da organização urbana das vilas e cidades (Macêdo, 2014). Essa legislação vigorou no Brasil, entre os séculos XVII e o XIX. O território conhecido como Praia Grande¹, teve seu traçado definido segundo o interesse de atender as demandas da lavoura de exportação, por meio de seu porto; em segundo plano, atender a necessidade de se criar meios de permanência de uma nascente elite local – ainda que, esse grupo fosse intimamente ligada à Lisboa, e, mais tarde, à Paris e à Côte, no Rio de Janeiro.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX a cidade caracterizou-se por ser um entreposto comercial, um elo entre a grande lavoura de cana-de-açúcar e de algodão (produzidos nos vales do Itapecuru e Pindaré) e o comércio nacional e, por vezes, internacional. Com a renda oriunda desse comércio, a cidade ampliou-se e se tornou um espaço de vivência de sua elite, através dos saberes e fazeres desse grupo, e de uma suposta vocação humanística e civilizacional dessa cidade – a despeito da nada humanista escravidão. Segundo Costa (2016), a elite local buscou criar uma tradição de distinção e singularidade, a partir do epíteto da Atenas brasileira – reduto de poetas, intelectuais e figuras de expressão política. Não é foco desse texto, entretanto, o aprofundamento sobre os motivos de sua criação, nem dos usos e desusos do conceito da Atenas. Interessa-nos a associação desse conceito ao espaço, suas ruas, seu casario de pedra e cal, vistos como arquétipo de cidade civilizada e progressista.

A chegada do regime republicano não representou rupturas, uma vez que, as interpretações da cidade, ainda, giravam em torno da valorização dos ícones de uma suposta “civilidade”. A segunda metade do século XX, ainda tributária dessa perspectiva, buscava valorizar, em diversos aspectos, a tradição elitista da cidade. Livros, revistas, guias, álbuns e produções audiovisuais², em maior ou menor grau, reproduziam essa perspectiva, por meio de metonímias que viam a totalidade da cidade, sendo representada – segundo um projeto político – pelo seu velho centro, cuja definição era “o mais belo e completo conjunto arquitetônico do Brasil colônia”. E às periferias... restava o silêncio e o não-dito!

Diante das muitas zonas de opacidades de não-ditos, cabe, portanto, aos historiadores da cidade,

¹ Constituída por cerca de 3,5 mil edificações, ocupa uma área de aproximadamente 250 hectares. Teve seu tombamento homologado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, em 1974. Cf. SELBACH, 2009, p. 23.

² A partir da segunda metade do século XX, a produção editorial sobre a cidade de São Luís – e seu centro ‘histórico’ se amplificou, sobretudo com o tombamento da cidade pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, em 1974. Diante disso, surgiram eventos que buscavam valorizar esse espaço e diversos materiais foram produzidos com esse intuito, como guias turísticos e sentimentais, álbuns de fotografias, postais e cinejornais, que atendiam aos interesses da valorização desses espaços com bastante sucesso.



conforme as contribuições de Maria Stella Bresciani (2002), elaborar percursos históricos sobre as idéias políticas e filosóficas, que orientaram a construção e as intervenções nos espaços urbanos, a fim de compreender as múltiplas dinâmicas da cidade.

2 O QUE DEFINE UMA CIDADE?

O que é uma cidade? Até o momento em que a indagação nos é feita, costumamos defini-la das mais variadas formas sem, no entanto, haver maior precisão em seus significados. Por tratar-se de um conceito impreciso e utilizado por quase a totalidade dos seres humanos, costumamos não problematizá-lo e ignorar as múltiplas nuances envolvidas na sua conceituação. O dicionário Michaelis define cidade das seguintes maneiras: a) uma aglomeração de pessoas em uma área geográfica, na qual são desenvolvidas atividades sociais, econômicas, industriais, comerciais, culturais, administrativas e políticas; b) um conjunto de habitantes dessa mesma área geográfica; c) um centro comercial; d) o local mais antigo ou mais central de uma determinada aglomeração urbana; e) sede municipal, onde se concentram as atividades administrativas; f) vida agitada, dinâmica.

Interessa-nos esmiuçar os itens *a* e *d*, cujas definições convergem com a maioria das definições do tipo *latu sensu* sobre cidade. Sob o ponto de vista econômico e social, a primeira definição é associada a uma aglomeração humana, na qual são desenvolvidas atividades sociais, econômicas, industriais, comerciais, culturais e administrativas; tal conceito é tentador, em virtude de sua aproximação com a imagem das cidades europeias, oriundas da revolução urbana e comercial, do início do segundo milênio da era cristã. Contudo, as cidades do novo mundo, surgidas a partir dos séculos XVI e XVII seguiram uma trajetória diversa e seguiram aspectos europeus e elementos indígenas, bem como dos grupos escravizados, trazidos para a América. Em razão dessa trajetória de séculos, de nossas aglomerações urbanas, uma definição que leve em conta apenas aspectos de sua ancestralidade europeia, é bastante limitado.

Já o item *d*) nos remete à dimensão histórica, que demarca os espaços de valorização política e social. Com o amplo uso desse conceito, São Luís se transfigura em “cidade histórica”, cuja definição visava, conforme Rossini Corrêa (1993), preservar o aspecto histórico e da tradição, por meio dos usos e desusos do mito da Atenas, por uma elite intelectual e vinculada à agro-exportação e ao seu conjunto arquitetônico e urbanístico, advindo desse contexto.

Michel de Certeau (2003) salienta que a cidade serve a interesses, às vezes inconfessáveis, que cumprem o papel de conformar a todos, em um modelo urbano, no qual o choque de perspectivas, de olhares e de fragmentos, acabam por convergir em um mesmo espaço físico, marcado por tensões e entrechoques, dissimulado nas definições tradicionais de cidade. Diante dessas convergências nem sempre pacíficas, aquilo que Certeau chamou de “teimosias e insistentes tradições” se diluem em um



sem-número de elementos – sempre vivas e presentes no espaço urbano, marcado por intensas transformações.

Essas “teimosias”, das quais certos grupos lançam mão, aqui e ali, entram em embate com as normativas modernas do urbanismo (novo ambiente público) representam a síntese dos diversos valores que convergem na cidade. Essas questões foram abordadas por Pierre Nora (1993), que as chamou de “problemática dos lugares”, na qual a história, com sua perspectiva universalista e ao mesmo tempo, vocalizadora dos interesses de quem a escreve – e governa – se confrontam com a memória, daqueles que vivem e fazem a cidade. A memória é sempre vivida e tecida por grupos vivos; está em permanente evolução e aberta à dialética da lembrança e do esquecimento; inconsciente de suas deformações – ou teimosias – sucessivas. Diante disso, o estudo das cidades e de suas compartimentações (explícitas e implícitas) é marcado pela ambiguidade, localizada na encruzilhada, entre as dimensões material, simbólica e funcional, na qual se ancoram, se condensam e se exprimem, às mais diversas relações urdidas no espaço, sobretudo em momentos de transformação e de imposição de novos modos de viver, morar e circular pela cidade.

Essa imposição de modos e de ideias de cidade, tem relação com uma certa “curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza” (Nora, 1993, p. 1) vocalizadas por um grupo de intérpretes da cidade – jornalistas, literatos, intelectuais, que recomendavam aos seus leitores, por meio de guias poéticos, turísticos e sentimentais³, as maneiras corretas de caminhar pela cidade. Por outro lado, esses mesmos álbuns, guias e textos negligenciavam as periferias, que deveriam ser evitadas e encaradas como o espaço da alteridade, do confronto, dos não-ditos e da contestação – por vezes desagradável – das posições contidas nas narrativas do espaço urbano oficial/tradicional/sentimental.

As narrativas do espaço urbano oficial/tradicional de São Luís, ao longo do século XX, foram amplamente defendidas por textos jornalísticos, literários, produções iconográficas, na qual o espaço urbano e seu casario de pedra e cal, eram o tópico central. A quase totalidade dessas produções editoriais, artísticas e imagéticas, buscavam recriar um espaço urbano de São Luís bastante delimitado, circunscrito a uma parcela, ínfima da cidade: o bairro da Praia Grande (também chamado de Centro Histórico, cujo nome *histórico* sugere uma eventual “ausência” de história das demais regiões. Às outras regiões, bairros e, mais recentemente, às invasões, restava a invisibilidade – ou teimosias insistentes.

Diante dessas, é preciso que outras verdades históricas, conforme observação de José Carlos Reis (2005) sejam desnudadas, além daquelas relacionadas à cidade de pedra e cal e tradição. E quais

³ Essas produções editoriais, artísticas e imagéticas, cujo público alvo era a parcela da elite local cumpriu a função de criar e fixar as imagens tradicionais da cidade histórica. Dentre elas, podemos citar as produções de Gaudêncio Cunha, as fotos da Tipografia Teixeira, passando pelos álbuns de 1923 e o produzido pelo jornalista Miécio Jorge, em 1950 até os guias turísticos de Astolfo Serra (1963), Domingos Vieira Filho (1975) e Jomar Moraes (1989). Os cinejornais produzidos pela Agência Nacional, além do programa Amaral Netto, gravado nas ruas de São Luís, em 1978.



seriam as “verdades” do ponto de vista urbano, que seriam reproduzidas pela escrita da história da cidade? E a quais interesses, essa escrita serviu e serve? A nossa proposta é justamente suscitar questões relacionadas à cidade, sua história e os usos políticos de sua trajetória urbana. Eis nosso “princípio da escolha”, conforme Reis, no trato da questão da cidade e seus múltiplos territórios. E, para tal, é necessário que se faça uma nova escrita da história da periferia – e de seus sujeitos e espaços invisibilizados pelas narrativas tradicionais. Cabe a essa nova escrita, interpretar a cidade tendo como uma de suas premissas, o que alertou Reis e seu “entendimento de que o conhecimento histórico é uma “reflexão”, uma “meditação” sobre o viver humano no tempo” (2005, p. 336) – e na cidade.

3 OS SENTIDOS DA HISTÓRIA URBANA DE SÃO LUÍS

O texto do historiador italiano Remo Bodei (2002), nos apresenta um questionamento fundamental para o fazer historiográfico: “qual o sentido da história?” E segue questionando: “quais os pressupostos que ancoram a pretensão explicativa da história?” No que se refere à história urbana – foco desse texto: quais os sentidos, usos e interpretações que nossa escrita confere para a cidade? Cabe às novas abordagens da história urbana, a intencionalidade de explicar a trajetória da cidade, tendo como foco as periferias – e, naturalmente suas relações com o centro, com os polos indutores das normas da cidade. O itinerário mais adequado para esse fim, reside em acessar as memórias contidas em seus espaços de sociabilidade, uma vez que “é na cidade que a história se exhibe, é nela que a história se constrói, no espaço e no edifício público; nesses espaços, instauram-se possibilidades de ação pela presença coletiva dos atores sociais” (Bresciani, 2003, p 30).

A história urbana, desde seu advento no século XIX, é um campo interdisciplinar, onde o diálogo com diversos outros saberes, contribuíram com seu desenvolvimento. Com relação ao ofício dos historiadores, nos cabe, conforme observação de Maria Stella Bresciani, (2002) elaborar percursos históricos sobre as ideias políticas e filosóficas, que orientaram a construção e as intervenções nos espaços urbanos, a fim de compreender as múltiplas dinâmicas da cidade, sob o ponto de vista historiográfico. Sobre isso, Luís Octávio da Silva (2002) observa que, “emergiram contribuições relevantes, nas quais o urbano aparece como elemento de interpretação histórica” (Silva, 2002, p. 76) sobre o papel das cidades no desenvolvimento capitalista, por exemplo.

De acordo com Bernardo Secchi (2009) “a história do século XX é rica de bifurcações preestabelecidas, de caminhos abandonados e de rupturas imprevistas. Os estudos urbanos vão além, ao considerar que uma rua, uma avenida, uma praça, um edifício não têm condições, por si só, de induzirem mudanças profundas no espaço urbano; somente a interação desses espaços, com a dinâmica humana, com suas lutas e tensões, podem promover processos históricos mais complexos e instigantes.

A cidade, desse modo, cumpre a função de catalizadora das memórias contidas em seus espaços de sociabilidade, ruas, monumentos; nas relações de seus atores, na qual se instauram amplas



possibilidades. A cidade, conforme a afirmação de Secchi (2009), é sempre o resultado de um processo com múltiplas variantes. E o produto dessa equação não pode ser atribuído a apenas uma coisa, seja ela a indução estatal ou as formas pelas quais, as comunidades reagem a esses fenômenos.

A reflexão sobre os fragmentos do passado são fundamentais. A história cultural e popular – isto é, com as camadas populares como objeto – tem como mote, abolir restrições ou etnocentrismos urbanísticos e estigmas entre as regiões populares da cidade, a partir da análise das relações de força e de dominação e/ou negociação, entre a cultura popular e a cultura dominante, a partir do prisma da ocupação e dos usos do espaço urbano. A história popular, tema levantado por Chartier (2007) tem potencial de esmiuçar elementos submersos no mar da história oficial. Sem negligenciar ou abolir os sujeitos e enfoques tradicionais – úteis na medida, em que é preciso estabelecer relações, muitas comparativas, entre o centro e a periferia – é preciso que haja a superação de possíveis abordagens etnocentristas ou reducionistas da questão urbana, a partir do trato das culturas da periferia, como um conjunto de sistemas simbólicos coerente, que se ordena segundo uma lógica imposta, implicitamente, pelos centros de poder cultural e político. Esse itinerário, possui as ferramentas de abordar as relações de dominação e as desigualdades – intensas – do mundo social, por meio do intrincado processo de tensões, em respeito à cultura dominante.

A partir dessas relações, é possível desenrolar o fio da história urbana de São Luís e de seus bairros populares - áreas vistas como “não históricas”. As muitas transformações do tecido urbano, projetadas e aplicadas em fins dos anos 1960, pretendiam criar um modelo urbano, na qual a elite, com seus projetos políticos, lançavam mão de um conjunto de instrumentos para normatizar um novo espaço; tais normatizações tinham como meta, a conformação dos sujeitos, vítimas dos deslocamentos, das remoções que viriam a formar os novos bairros, conferindo-lhes um certo grau de participação do “progresso”, nessa cidade em constante evolução, mesmo que de forma subalterna.

A compreensão de que o progresso, possuía as propriedades de solucionar os problemas sociais, foi prevalente ao longo dos anos 1960 e 1970. Nesse momento, o Maranhão e sua capital – que era o epicentro desse processo – vivenciou o que viria a ser batizado de “milagre maranhense”, ou seja, a culminância de um conjunto de ações de modernização das instituições – cujo um dos focos, foi o ordenamento urbano de São Luís. Uma das representações imagéticas mais fortes desse período, foi apresentado no cinejornal “O Milagre do Maranhão”, dirigido pelo cineasta romeno Isaac Rosenberg⁴. As imagens, à medida que reforçavam o epíteto de cidade histórica, buscavam atrelar São Luís aos signos da modernidade – a ponte, o porto, a represa, a energia elétrica – podiam transformar o espaço urbano em uma terra de progresso. Apesar da cidade ser representada de forma vanguardista, os não-ditos se tornam evidentes, em virtude do silenciamento de uma cidade real. Em seus primeiros

⁴ O cinejornal “O Milagre do Maranhão” (1970) foi dirigido pelo cineasta romeno, radicado no Brasil desde os anos 1930, Isaac Rosenberg. O curta integra a série “Coisas do Brasil”, cuja intenção era exaltar os feitos dos governos militares e as realizações do governo José Sarney (1966-1970).



segundos, o locutor diz: “...e o milagre aconteceu... máquinas chegaram para acelerar o progresso; uma equipe jovem, liderada por jovens, veio proporcionar melhores dias aos maranhenses” (O Milagre do Maranhão, 1970).

Nesse contexto de modernização forçada, a cidade, em processo de recriação pela elite, representa a dificuldade do “envelhecer” e da preservação dos seus passados. Esses novos espaços, por sua natureza iconoclasta, tem com o passado uma relação conflituosa, no qual o “velho” tem seu espaço simbolicamente delimitado. Cabe ao saber histórico, esmiuçar os interesses em jogo, acerca da construção da história urbana da cidade. O texto basilar “A invenção do cotidiano” de Michel de Certeau, indica que o saber histórico possui a complexa tarefa de convocar o passado, por meio do estudo das práticas urbanas e tem como ponto de partida, duas perspectivas: a) uma que privilegia a análise e observação dos elementos físicos da cidade – seu desenho urbano, sua arquitetura, sua topografia, fluxo dos deslocamentos – vistos como imposições materiais e administrativas no território, ou seja, na periferia; b) a segunda perspectiva, centra-se em um modelo analítico sócio etnográfico da vida cotidiana. Essas duas perspectivas, se trabalhadas de forma estanque e não associadas, podem causar confusão na análise do processo urbano. Por um lado, há a constante lamentação pelas limitações infraestruturais no ambiente urbano estudado e, por outro, há o destaque desmesurado, às dimensões das relações cotidianas, deslocadas das estruturas maiores, que impõem sua existência.

A fim de resolver esse dilema, Certeau (2002) sugere, que o método a ser escolhido, seja o da convergência entre os pontos de vista, que contribuem para a delimitação das relações entre objetos e seus vínculos, entre o privado e público; “eis aí uma das condições de possibilidade da vida cotidiana no espaço urbano, que molda de maneira decisiva a noção de bairro” (Certeau, 2002, p. 38).

O processo de urbanização inacabada por qual passou o Brasil – em especial nas suas regiões menos dinâmicas, foi mais lento. “Sem possibilidade de contestação, esse processo é o motor das transformações na sociedade” (Lefebvre, 2013, p. 54) onde seus efeitos, sejam eles reduzidos ou maximizados, acarretaram uma série de influências – econômicas, sociais, culturais com as quais as mais variadas pessoas, têm de conviver com essas influências, se adaptar. Tal adaptação ao espaço urbano e moderno, muitas vezes, mediado pela violência, marcou a vivência de muitos sujeitos, especialmente a São Luís dos anos 1960 e 70. Esse processo, produziu uma série de memórias, coletivas e/ou individuais, que, segundo Roger Chartier (2007), conferem uma presença ao passado mais poderosa, do que a que estabelecem os livros de história.

Um fenômeno urbano – imposto de fora – passa a ser fortemente influenciado pelas características do local, no qual se desenrola. A construção de uma barragem, por exemplo, tem influências limitadas ao transporte e à circulação de pessoas; mas, quando ela se transforma em um signo do progresso e elo entre a nova e velha cidade, a população configura esse espaço, por meio de finalidades políticas e simbólicas, cujos significados atribuídos pela população, extrapolam o seu



sentido meramente utilitário. Para Milton Santos (1993), a intensificação desse fenômeno se deu na esteira do golpe militar de 1964, que criou as condições de uma rápida integração do país, a um movimento de internacionalização que aparecia como irresistível (Santos, 1993, p. 36).

Durante os anos 1970, o sistema capitalista buscava constituir e expandir “circuitos de trocas, redes que permitem as transferências” (Lefebvre, 2013, p. 57) não só de dinheiro, mas de equipamentos, pessoas e conhecimento e, sobretudo, capital simbólico que legitimassem as transformações urbanas, planejadas em cidades como São Luís, que nos anos 1970, com seus 350 anos, já experimentava os reflexos do crescimento urbano desigual e excludente. Essas ações buscavam incentivar o desenvolvimento econômico – ainda que excludente e que visava o atendimento a um mercado consumidor, em célere expansão. Esse modelo de crescimento, tecnocrata e autoritário produziu, mesmo que de maneira limitada e incompleta, resultados, sobretudo com o aumento de uma classe média, embalada pela manutenção do crescimento econômico, entre os anos 1960 e 1970. Por outro lado, esse mesmo modelo “mantinha grandes contingentes populacionais, sem acesso a direitos sociais e civis básicos, como legislação trabalhista, previdência social, moradia e saneamento” (Maricato, 2013, p. 21).

As intervenções urbanas de vanguarda, que tem por missão transformar os aspectos da cidade – como a ponte, a rodovia, o porto, o bairro operário, contribuem para a construção do que Michel de Certeau (2003) no texto “A Invenção do cotidiano: Artes de fazer” chamou de “cidade utópica”. Esse espaço de vanguarda, de choques entre a memória e o futuro é atravessado, do ponto de vista urbanista, por três elementos, como: a produção de um espaço próprio; a instauração de um “não tempo” para substituir e solapar as resistências e teimosias oriundas das tradições; e por fim, a tentativa de criação de um “sujeito universal” anônimo e integrado à cidade, ainda que de forma periférica. Tais elementos marcaram, em menor ou maior grau, o processo de modernização urbana, por qual passou São Luís e, sobretudo a vila do Anjo da Guarda, como “bairro operário” modelo.

A expansão urbana desorganizada e a luta por serviços públicos nas áreas periféricas, marcaram esse período. Este foi um tempo de mudanças na governança local, que influenciou a São Luís moderna. Desse modo, as transformações urbanas da cidade obedecem a uma história, organizada pelas forças políticas que a controlam e fazem com que o espaço urbano, atenda aos seus interesses. Sobre esse ponto, o sociólogo francês Henri Lefebvre, mencionou que “a cidade é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas” (Lefebvre, 2013, p. 13). De acordo com Flávio Villaça (2001), boa parte das camadas de baixa renda, passaram a ocupar regiões geográficas estigmatizadas pelas camadas de maior poder aquisitivo. O fenômeno da ocupação espontânea, chamado de maneira genérica de “invasões” proporcionaram a formação de uma infinidade de comunidades, no interior da ilha.

O caminho traçado pela cidade – delineado por suas forças dirigentes –, insere-se numa tradição



histórica, onde o direito à cidade foi negligenciado, em favor de uma cidade higienizada e que buscou invisibilizar a pobreza. Durante o século XIX, na inexistência de uma cidade territorialmente extensa, boa parte da população – especialmente aos indivíduos escravizados, era imposto uma série de regramentos jurídicos, que lhes tolhia a condição cidadã. Com o ocaso da escravidão (mas, não da pobreza) infringida à maioria “morena” da cidade, virou regra o cerceamento do direito à cidade, através dos códigos de postura e determinações policiais, que consideravam o arrabalde como o habitat desses indivíduos, numa “tradição” oriundo do século XIX.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história urbana de São Luís é marcada pela valorização do núcleo fundacional, fundado no XVII, cujo bairro da Praia Grande era o símbolo maior desse espaço, que atendia às demandas da lavoura de exportação e abrigava a elite local. No século XX, a leitura da cidade manteve sua tradição elitista, sem rupturas significativas, na qual prevalência da interpretação histórica e a identidade da cidade ainda a vinculava primordialmente ao seu núcleo fundacional – visto como o espaço urbano que representaria a cidade como um todo.

A partir dos anos 1960 e 1970 foram marcados pela emergência de planos de reformulação da cidade, que tinham como pano de fundo a integração da cidade nos fluxos capitalistas nacional e internacional. Cabia os dirigentes da cidade liderar esse processo de transformação e criação de diversos elementos que fazem parte da estrutura da cidade, como o Anel Viário, o Aterro e a Barragem do Bacanga, além da construção de casas populares via, BNH e a pavimentação pelo interior da ilha. Diante dessas imposições, os territórios periféricos, inseridos de maneira subalterna e limitada no processo de modernização da cidade produziu um sem-número de entrechoques, sobretudo relacionados ao direito à cidade e pelo acesso aos serviços públicos.

A história urbana, por esse ponto de vista, é responsável por abordar com mais propriedade os sentidos, usos e interpretações que as sociedades – tanto quem a controla quanto aqueles que apenas vivem nela. Contudo, como esmiuçado acima, cabe aos intérpretes da história urbana enfocarem as dimensões mais amplas da cidade, sobretudo as relações espaciais, culturais e políticas, suas disputas e tensões, principalmente urdidas as periferias e suas relações com o centro. Para explicar a trajetória da cidade, é fundamental acessar as memórias contidas em seus espaços de sociabilidade, onde a história se exhibe e se constrói, uma vez que a cidade, (Secchi, 2009), é o resultado de um processo com múltiplas variantes.

Para tanto, Michel de Certeau, indica que a tarefa de convocar o passado urbano parte de dois pontos; o primeiro se relaciona à análise e a observação dos elementos físicos da cidade – seu desenho urbano, sua arquitetura, sua topografia, fluxo dos deslocamentos – considerados como imposições materiais e administrativas no território, impossíveis de serem negligenciadas na análise do espaço



urbano; o segundo ponto de partida centra-se na análise da vida cotidiana das comunidades. Esses pontos de vista, se trabalhados em conjunto, podem contribuir para a interpretação aprofundada da cidade.

Portanto, a cidade da vanguarda, da utopia do progresso, da modernização periférica e da transformação urbana é marcada por choques entre a memória (tradição, teimosias e insistências) e o futuro, visto como um espaço “não tempo” para substituir e solapar tradições, cujo sujeito ideal é visto como “universal” anônimo e integrado à cidade, ainda que de forma periférica – permeado por choques e tensões. Tais elementos marcaram, em menor ou maior grau, o processo de modernização urbana por qual passou São Luís e, sobretudo a vila do Anjo da Guarda, como “bairro operário” modelo.



REFERÊNCIAS

BODEI, Remo. A história tem um sentido? Bauru, SP: EDUSC, 2001.

BRESCIANI, Maria Stella. A cidade: objeto de estudo e experiência vivenciada. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 9, 2004. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/113>. Acesso em: 29 jun. 2024.

_____. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. A invenção do cotidiano: 2. Morar, Cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2002.

CHARTIER, Roger. A história ou a leitura do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

COSTA, Marcelo Lima. O projeto de modernização de São Luís nos anos Paulo Ramos 1936-1945. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

CORRÊA, Rossini. Formação social do Maranhão: O presente de uma arqueologia. São Luís: SIOGE, 1993.

CURVELO-MATOS, Heloísa Reis. Análise toponímica de 81 nomes de bairros de São Luís, MA. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral: memória, tempo identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LEFEVBRE, Henri. O direito a cidade. São Paulo: Centauro, 2013

MACEDO, Danilo Matoso. A urbanização das Ordenações do Reino. In: XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2014, Brasília. XIII SHCU: caderno de resumos e programação. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014. v. 13. p. 168-168.

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: Alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2013.

MICHAELIS. Dicionário brasileiro da Língua portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/cidade/>. Acesso em: 29 jun. 2024.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 10, 2012.

O MILAGRE do Maranhão. Direção de Isaac Rozenberg. Rio de Janeiro: Laboratório Rex Líder, 1970.

REIS, José Carlos. História e verdade: posições. In: _____. História & teoria historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo, Hucitec, 1993.



SECCHI, Bernardo. A cidade do século vinte. São Paulo: Perspectiva, 2009.

SELBACH, Jeferson Francisco. Mobilidade urbana nos Códigos de Postura de São Luís. In: ALCÂNTARA JR., José; SELBACH, Jeferson Francisco (Orgs). Mobilidade urbana em São Luís. São Luís: EDUFMA, 2009.

VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra-Urbano no Brasil. São Paulo, Studio Nobel, 2001.

